

AMB reage a corte de US\$ 5 bilhões na Saúde

SÃO PAULO — Os US\$ 9 bilhões destinados ao Ministério da Saúde na previsão do Orçamento a ser votado pelo Congresso representam, para o presidente da Associação Médica Brasileira, Mário da Costa Cardoso Filho, a “tentativa final do governo de implodir com a saúde no país”. Segundo Cardoso, o montante reservado ao ministério propõe uma redução de quase US\$ 5 bilhões. “Ou o presidente Itamar Franco é alheio ao problema ou está, de forma intencional, querendo provocar o caos”, esbraveja.

A se confirmar a queda de recursos destinados à saúde, segundo Cardoso, “milhares de brasileiros vão morrer por falta de assistência. Para muita gente, a saúde pública é o único recurso”. Pelas contas da AMB, o orçamento da Saúde, nos últimos cinco anos, apresentou uma queda de 50%. Cardoso diz que o novo corte deixará o ministério sem dinheiro antes do meio do ano. Irritado, o presidente da AMB afirma que as dívidas de dezembro do Ministério da Saúde com a rede conveniada somam CR\$ 180 bilhões. “O Orçamento prevê um recebimento de cerca de CR\$ 100 milhões para toda despesa do Ministério da Saúde”, assinala.

Turquia — Uma pesquisa do Sindicato dos Hospitais de São Paulo mostra que o investimento brasileiro na área de saúde é um dos mais baixos do mundo: menos de US\$ 60 per capita por ano, contra US\$ 3 mil nos Estados Unidos, US\$ 2 mil no Canadá, US\$ 900 na Inglaterra e, para citar outro país pobre, US\$ 600 na Turquia.

Os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) de todo o país, clínicas e laboratórios, num total de 40 mil, ameaçam entrar em greve caso o Ministério da Saúde não salde suas dívidas relativas às internações e atendimentos ambulatoriais. Segundo a AMB, nos últimos cinco anos em São Paulo, por falta de pagamento, houve uma redução de 16% no número de hospitais credenciados ao SUS. O sindicato encaminhou documento ao presidente Itamar Franco solicitando a reedição da MP 396, que estabelece o Orçamento para 1994. O presidente do Sindhosp, Chafic Farhat, diz que principal alteração reivindicada é um artigo dizendo que as despesas com saúde não podem sofrer cortes. “Isso é meio caminho andado”, afirma Farhat.